

Estado de Emergência Petista

Núcleo de Estudos d'O Capital – NEC PT⁽

1. O golpe de estado de 2016 rompeu o pacto democrático, celebrado pelas classes sociais componentes do capitalismo no Brasil, com a promulgação da constituição de 1988.
2. O pacto democrático, rompido pelo golpe de 2016, é fruto da revolução democrática¹ havida no Brasil, no período de 1978 a 1989.
3. Essa revolução democrática opôs duas classes sociais preponderantes do capitalismo no Brasil – burguesia e proletariado (ou classe trabalhadora, como na maior parte do texto abaixo) – na continuidade da ditadura, propugnada pela primeira ou no retorno à democracia, protagonizado pela segunda.
4. Foi o protagonismo político da classe trabalhadora na revolução democrática em oposição à ditadura militar, que pôs fim ao período de arbítrio, protagonizado pela burguesia no país desde o golpe anterior, de primeiro de abril de 1964; pondo também e desse modo, um fim temporário ao protagonismo político dessa mesma burguesia na sociedade.
5. O protagonismo político da classe trabalhadora a que nos referimos pode ser exemplificado, pela sucessiva divisão que sua atuação causou, no seio dos partidos representantes da burguesia nacional no período mesmo da chamada revolução democrática, a saber: PDS em PFL, PMDB em PSDB.
6. A revolução democrática teve início com o movimento grevista iniciado no polo industrial do, assim chamado, ‘grande ABC paulista’², em 1978 e findo com primeira candidatura de LULA³ à presidência da república, em 1989.
7. Assinalamos os principais momentos dessa revolução democrática, de modo a exemplificar o protagonismo político da classe trabalhadora a que nos referimos, a saber: Greves do ABC, no período de 1978 a 1980; nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; o maior movimento de massas da democracia brasileira, denominado ‘Diretas Já’, de junho de 1983 a meados de 1984; Assembléia Nacional Constituinte, de 1986 a 1988; Constituição Cidadã, de 1988 (CF-88) e eleições para presidente da república de 1989.
8. O prosseguimento da revolução democrática em revolução social foi truncado, no decorrer das eleições para presidente da república, no ano de 1989, por um primeiro golpe midiático, que levou à vitória o

¹ (O Núcleo de Estudos d'O Capital (NEC) foi fundado em 10 de agosto de 1991. Surgiu, inicialmente, como grupo de leitura da obra de KARL MARX, *O Capital*. As reuniões ocorriam no escritório político do Deputado Federal FLORESTAN FERNANDES na Rua Santo Amaro, no bairro paulistano do Bixiga. Mais tarde, as leituras se diversificaram, mas o estudo de *O Capital* e da obra de KARL MARX continuaram animando as discussões de novos grupos de leitura. Aliado ao estudo, o Núcleo engajou-se em todas as campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores ao qual se vinculou, sempre equidistante das tendências partidárias, mas com o compromisso de construir o PT e de apoiar suas lideranças históricas oriundas do meio operário. O NEC também interferiu nos encontros e congressos do partido, elaborando teses e elegendo delegados quando os estatutos do PT o permitiram. Publicou boletins e livros e organizou inúmeros debates políticos com os principais intelectuais de esquerda do Brasil, como JACOB GORENDER e PAUL SINGER.

² *Apud* LINCOLN SECCO.

³ Cidades localizadas no entorno metropolitano da cidade de São Paulo, que à época constituíam o principal polo industrial do país – Santo André, São Bernardo, São Cartano, Diadema e Mauá.

adversário de LULA, pondo um fim temporário ao protagonismo político da classe trabalhadora no processo, com o início do neoliberalismo no Brasil.

9. O vigor da revolução democrática, decorrente do protagonismo político exercido, no período, pela classe trabalhadora, pode ser comprovado pela tibieza com que o neoliberalismo se fez anunciar no mandato do primeiro presidente da república eleito pelo voto direto, após o golpe militar de 1964.

10. A debilidade do neoliberalismo no Brasil somente veio a ser suplantada, já em meados da década de 1990; por um acontecimento de importância mundial, a *débâcle* (derrocada) do socialismo; iniciada com a queda do Muro de Berlin, em 1989 e finda com o fim da União Soviética, em 1991 e que permitiu a difusão mundial da ideologia neoliberal.

11. O golpe de 2016 não permite retorno ao *status quo* eleitoral anterior, de modo que a atitude da classe trabalhadora no Brasil, uma vez mais perdido seu protagonismo político na sociedade, com o desfecho do golpe; deve ser aquela da defesa das conquistas adquiridas no recente processo por ela protagonizado, anterior ao golpe de 2016. Tal atitude de defesa das conquistas da classe trabalhadora deve, também, abarcar as conquistas decorrentes do protagonismo político havido no processo acima descrito como o da revolução democrática realizada no momento anterior à difusão mundial do neoliberalismo, contidas que estão nas conquistas da CF-88.

12. Com isso afirmamos não ser o momento adequado para a proposição das variadas reformas de que, historicamente necessitamos: política; agrária e urbana; tributária, fiscal e financeira; midiática; energética e sustentável; social, trabalhista, previdenciária e civil – sistematicamente afirmadas e reafirmadas em nossos programas, porém e sempre postergadas; sob pena de realizarmos essas reformas sob a égide e interesse de nossos adversários.

13. O mero amparo legal dessas reformas, não tem para nós o mesmo significado que para nossos adversários, uma vez que diferente deles, não temos o poder ampliado do estado na sociedade, para realizá-las efetivamente, nem agora, nem no momento anterior ao golpe; ausência desse poder ampliado que, por si só, explica o fato de não as termos realizado, quando detentores do protagonismo político perdido com o golpe de 2016.

14. Assim, sugerimos a conquista desse poder ampliado, mais comumente chamado hegemonia⁴, pela retomada daqueles três passos iniciais da revolução brasileira, a seguir elencados: efetivação de um mercado consumidor de massas, construção do estado de bem estar social que lhe dê sustentação e transformação da democracia burguesa em democracia social.

PANORAMA INTERNACIONAL, AS ESQUERDAS PELO MUNDO E O PT

15. O centenário da Revolução Russa de 1917, que instaurou a experiência socialista mais longa da história moderna, possibilita refletir sobre os avanços e os limites das lutas da classe trabalhadora. A esquerda brasileira foi orientada, ao longo das sete décadas de existência da União Soviética, pela dinâmica política irradiada dali, tanto para defendê-la quanto para criticá-la.

⁴ LUIS INÁCIO DA SILVA, o LULA, então candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república, haveria de se tornar o personagem principal desse período democrático, até findar o mesmo, com o golpe de 2016.

16. O século XX viu a consolidação do capitalismo em sua forma imperialista, de mercado de massas e da produção em grande escala, e tais características levaram muitos pensadores e líderes socialistas, marxistas ou não, a buscar explicar as suas peculiaridades. Uma questão que dividiu opiniões e a militância em todos os cantos do mundo era como a primeira república do trabalho poderia sobreviver ante a articulação capitalista internacional. Uns achavam que era preciso aumentar os espaços democráticos e a participação popular; outros acreditavam que a defesa militar da URSS era a primeira meta a ser seguida. As duas grandes guerras mundiais e a crise econômica de 1929 demonstravam, por outro lado, que uma alternativa à ordem do capital era possível e necessária.

17. A consolidação da burocracia partidária na URSS e a política de tensa coexistência dos antigos aliados contra o fascismo, que levou posteriormente à Guerra Fria, criou de um lado a possibilidade de processos de descolonização na África e na Ásia, além de algumas experiências nacionalistas pautadas por processos de substituição de importações, bem como as impactantes revoluções na China e em Cuba. Mas de outro lado, ditaduras militares apoiadas pelos Estados Unidos ganharam espaço a partir dos anos 1960.

18. Se a melhoria das condições de vida parecia evidente nos chamados Trinta Anos Gloriosos (1945-1975), tanto a Oeste quanto a Leste, os problemas também eram evidentes. No lado oriental, a meta de atingir as conquistas da 2ª Revolução Industrial (eletromecânica) foi atingida, mas ao custo da petrificação da burocracia e da ausência de debates democráticos substanciais no partido e na sociedade. No lado ocidental, o capital aceitou submeter-se a um maior controle de fluxos financeiros e às políticas fiscais progressivas, enquanto os ganhos de produtividade assim o permitiam. 19. Mas a crise do petróleo e o rompimento unilateral dos EUA ao padrão ouro-dólar dos acordos pós-guerra levou os expoentes do capital na política e na academia a sugerir políticas de austeridade contra o Estado de Bem-Estar Social firmado após a vitória contra o nazi-fascismo.

20. Embora as causas da derrocada na União Soviética sejam diversas e impossíveis de serem listadas em um curto espaço, existe certo consenso de que a falta de democracia no regime (que sufocou até mesmo opositores claramente socialistas) e a derrota na disputa pela inovação tecnológica, seriam fatores determinantes. Não só o foco em bens de capital (para a indústria), em detrimento dos bens e consumo, mas também a incapacidade de replicar a dinâmica tecnológica do ocidente (que engendrava nesta altura a revolução microeletrônica) explicam em parte os problemas econômicos. A falta de democracia era tão evidente que setores socialistas no ocidente procuram se organizar sem as referências diretas do comunismo soviético. Foi o caso do Partido dos Trabalhadores, no Brasil do final da ditadura militar instaurada em 1964.

21. O declínio da experiência soviética nos anos 1980 coincidiu com a ofensiva do capital, por meio de programas político-econômicos neoliberais que buscavam desmontar o Estado de Bem-Estar e a organização dos trabalhadores. O Brasil ficou parcialmente fora desta dinâmica, pois o final da ditadura militar e a transição para um governo civil ocorreram no momento da ascensão dos movimentos populares e dos partidos progressistas, que conseguiram pressionar por uma Assembleia Constituinte e

ajudaram a dar corpo a uma Constituição com diversas conquistas políticas, além de uma clara inspiração nos sistemas de Bem-Estar social da Europa ocidental.

22. Enquanto a esquerda na Europa procurava se recompor dos escombros do socialismo soviético e do desmonte do Estado de Bem-Estar, as forças progressistas no Brasil e na América Latina tiveram que enfrentar uma "confluência perversa": legislações que apontavam para um Estado de Bem-Estar no contexto do avanço neoliberal. Dos dois lados do Atlântico, além das regiões no oriente que migraram para o capitalismo, os paradigmas socialista e socialdemocrata eram abandonados ou abrandados, diante da necessidade de integrar as economias nacionais à globalização orientada pelo grande capital.

23. O caso europeu é paradigmático: seus partidos socialdemocratas encontram-se na contingência de defender uma União Europeia inspirada inicialmente na meta de uma paz permanente após as duas grandes guerras, mas ao final foi capturada pela lógica neoliberal. Criticam os seus aspectos econômicos, em especial a austeridade fiscal e o desemprego, mas não conseguem propor nada para substituí-la. A crítica do cosmopolitismo neoliberal migra assim para partidos xenófobos e neofascistas.

24. Já na América Latina, as crises do final do século passado abriram espaço para governos críticos à agenda neoliberal, ainda que poucos tenham rompido com os fundamentos econômicos ditados pelas instituições multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil é um caso exemplar: os governos de LULA e DILMA apostaram em políticas sociais e incentivo a atividades econômicas que promoveram a ampliação do consumo no mercado interno, diminuindo as desigualdades sociais. Também desenvolveram uma política externa mais independente dos EUA e da Europa, aproximando-se da África, da Ásia e dos vizinhos latino-americanos.

25. Desta perspectiva, é compreensível que os governos LULA-DILMA e os outros latino-americanos classificados como "bolivarianos" (Venezuela, Bolívia e Equador) despertassem a curiosidade das forças progressistas pelo mundo. Mas todas estas experiências foram, em parte, beneficiadas pelo aumento da demanda de *commodities* por parte da China nos primeiros anos deste século, e o recuo desta demanda após 2008 ajuda a explicar uma parte dos problemas destes governos.

26. O caso brasileiro ainda possui algumas peculiaridades: os quadros dirigentes do PT e dos partidos aliados (de esquerda) não souberam compreender a natureza do Estado brasileiro e alentaram as ilusões acerca de uma "burguesia nacional". O pacto político que ficou conhecido como *lulismo* pressupunha crescimento econômico associado à manutenção das estruturas de poder, em nome da governabilidade do 'presidencialismo de coalizão';

27. Assim foi se criando a armadilha: os recursos advindos das exportações de *commodities* agradavam o agronegócio, que aumentava sua participação no PIB, também em função do acelerado processo de desindustrialização. Este não foi revertido devido ao compromisso dos governos de coalizão do PT em manter o tripé econômico herdado do Governo FHC: taxa de juros elevada para atingir metas de inflação, câmbio valorizado e *superavit* primário que estrangulavam a indústria e faziam a festa do setor especulativo e financeiro. A burguesia brasileira, desde sempre parceira menor do grande capital internacional, via compensações em ser rentista, abandonando os investimentos produtivos.

28. A arquitetura política do assim chamado *lulismo* pressupunha não contrariar os setores encastelados no Estado há séculos. Além de não promover reforma agrária, regular os aspectos econômicos da grande mídia nem reestruturar a política fiscal-tributária (como, aliás, previa a CF-88), o pacto foi construído em torno da noção abstrata de ‘republicanismo’. Nesta forma de compreender o país, postos-chaves do Estado não poderiam ser ocupados por especialistas ligados ao PT ou à esquerda em nome da ‘isenção’ ou da ‘imparcialidade’. Este comportamento foi particularmente fatal nas indicações à Suprema Corte, ao comando da Polícia Federal e ao Ministério Público. Estes espaços são ocupados por pessoas oriundas da classe média alta e da elite, dedicados desde a adolescência aos concursos públicos em busca de estabilidade, salários polpudos e notoriedade pública. São guiados pela ideologia da meritocracia e odeiam políticas públicas que favorecem a base da pirâmide social, bem como a totalidade do sistema eleitoral.

29. Neste sentido, os governos vizinhos chamados pejorativamente de bolivarianos foram mais atentos a este aspecto fundamental: não existe Estado ‘neuro’ ou ‘imparcial’. As dificuldades em derrubar, pelo método semelhante ao do Brasil e Paraguai, os governos da Venezuela, Bolívia e Equador mostram que lá houve uma compreensão melhor da natureza da máquina estatal. Ainda assim, a aposta nas *commodities* outrora demandadas pela China também abalam suas economias agora.

30. As esquerdas latino-americanas e mundiais encontram-se agora na defensiva. Apesar da crise de 2008 ter rompido a vidraça do neoliberalismo, ela não foi acompanhada de propostas progressistas questionadoras da ordem do capital. Ao contrário, os compromissos com a "governabilidade" e com a "responsabilidade" anularam sua capacidade crítica e deram espaço para alternativas de extrema-direita, como indicam a saída da Grã-Bretanha da Comunidade Europeia (*Brexit*), a vitória de DONALD TRUMP nos EUA e o fortalecimento do discurso xenófobo e reacionário em todos os cantos, incluindo os seguidores do famigerado deputado JAIR BOLSONARO no Brasil.

31. Apenas a compreensão do caráter classista da ocupação do Estado e a reorganização da militância para além das disputas eleitorais, reocupando um espaço que já foi dos movimentos populares (e hoje está com as igrejas pentecostais e com as organizações criminosas), poderá iniciar a reversão do atual quadro.

ASPECTOS HISTÓRICOS PARA UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA NACIONAL

32. Com o golpe de 2016, o PT se inscreve entre os demais partidos da classe trabalhadora brasileira, tais como o PCB e o PTB, a ser vitimado por um golpe reacionário da burguesia; realizado durante a vigência da democracia burguesa - ou racionada, como queria o militante comunista e guerrilheiro marxista CARLOS MARIGHELLA – tal como aquela que antecedeu o golpe militar de 1964.

33. Aquele que se dedicar a estudar a história do golpe, recém desfechado contra a classe trabalhadora no Brasil, poderá dividir a história em dois momentos, antes e depois da chegada do PT ao poder executivo federal.

34. Mesmo antes das eleições de 1989, quando a ida de LULA ao segundo turno eleitoral definiu o PT como o partido que haveria de representar a classe trabalhadora no mais recente período de democracia racionada, recém instituído; já era o PT vitimado por tentativas golpistas.

35. Tal como o PDT, que teve seu nome original – proveniente do PTB getulista do período então vigente da democracia racionada, anterior ao golpe militar de 1964 – entregue à direita, pela mesma justiça burguesa que protagonizou a golpe de 2016; o PT já era vítima de tentativas de criminalização, como no incidente de Leme (em 1986), cidade do interior paulista; onde parlamentares petistas foram acusados de disparar tiros que causaram a morte de trabalhadores rurais – acusação desmentida depois de comprovada, pela balística, terem as balas saído de armas da polícia militar paulista.

36. Nessa sequência pode ser encaixado o golpe da URV – unidade real de valor – que, no primeiro semestre de 1994 antecedeu a implantação do Plano Real, com que à semelhança do Plano Cruzado anterior, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) faria eleger a si mesmo, no primeiro senador e, no segundo, presidente da república.

37. O adiamento da desvalorização, frente ao dólar, desse mesmo real para o momento imediatamente posterior às eleições de 1998, permitiu a reeleição, comprada no mensalão tucano, de FHC e constituiu outro golpe de mão a adiar a esperança futura da chegada do PT ao poder de estado.

38. Foi essa sequência infundável de golpes contra a classe trabalhadora que levou o PT, no período posterior à segunda derrota de LULA à presidência da república – de 1995 a 1999 – a alterar sua estratégia de chegada ao poder, de maneira a transformar o partido em poderosa máquina eleitoral.

GOLPE COMO GUERRA DE MOVIMENTO

O erro esteve na importação de um GRAMSCI mal editado. O Estado é apenas uma trincheira avançada, logo deve ser ocupada depois e não antes de sermos dirigentes. Mas aí, já poderíamos ultrapassá-lo. Só que na América Latina a burguesia não desenvolveu sua força na sociedade civil e depende muito do aparato estatal. Ela tem pânico quando um grupo reformista atinge o governo e, então, apela à coerção. Foi difícil para a esquerda entender, que aqui, a coerção gera o consenso, enquanto na Europa é o contrário. LINCOLN SECCO.

39. Adentra o PT o período de sua chegada ao poder de estado, acossado pela perseguição constante da burguesia golpista. Sem trégua, o início de 2004, vê no requestrar do escândalo WALDOMIRO DINIZ, a primeira tentativa mal sucedida de criminalizar JOSÉ DIRCEU; então ministro chefe da Casa Civil da presidência da república, no momento mesmo em que, após a montagem do governo LULA, e de sua base de sustentação sem a participação do PMDB; voltava-se à gestão das iniciativas que haveriam de definir o governo petista como o mais popular da história do país.

40. Nessa sucessão em cadeia, o mais virulento golpe do mensalão haveria de retirar DIRCEU da Casa Civil, ferindo gravemente a capacidade de reação petista – que seria completamente anulada posteriormente, como veremos, durante o governo DILMA.

41. Soube LULA, contudo, comandar a reação ao golpe, lançando mão do movimento social mobilizado, bem como da inflexão de seu governo às políticas econômicas e sociais que, qualificando decisivamente seu governo na história, afastaria, temporariamente, a insidiosa sanha golpista.

42. A expressiva renovação da direção petista naquele ano de 2005 - com o PED a contar mais de 300.000 (trezentos mil) participantes, dando conta da inserção que o partido gozava na sociedade – poria, temporariamente em fogo brando, o cozinhar do golpe; levando os golpistas a deixar para o lento sangramento do governo a expectativa de derrotar a corja petista, nas eleições do ano seguinte.

43. O ano de 2006 dá mostras iniciais da lenta efervescência do caldo social da luta de classes de cujo golpe é a resultante. O surgimento, mesmo que ainda incipiente, de um mercado consumidor de massas, decorrente do desenvolvimento econômico voltado a uma política de geração de emprego e aumento da massa salarial da classe trabalhadora lota os aeroportos e constrange a classe média, atemorizada com a presença ameaçadora de seus serviçais no banco mais próximo do avião.
44. Não obstante os golpes midiáticos do período eleitoral, costumeiros desde sua primeira candidatura, LULA obtém folgada vitória no segundo turno, arrancado â duras penas pelo poder midiático a insuflar o insipiente candidato tucano de plantão.
45. Antes renovado que sangrado, sagra-se novamente LULA, presidente da república, realizando a hegemonia racionada com que o PT efetiva seu poder eleitoral, entre o primeiro e o último domingo do mês de outubro de anos eleitorais.
46. Hegemonia racionada em expressão eleitoral, que se veria ampliada nas inúmeras realizações desse segundo governo de políticas de crescimento econômico voltadas à geração de emprego e renda, assistidas pelos mais variados projetos sociais provedores de cidadania, moradia, água, luz, saúde e educação de modo a retirar da miséria e elevar da pobreza à condições razoáveis de existência, milhões de brasileiros.
47. O ano de 2008 assiste à grave crise no centro do capitalismo mundial, decorrente da falência do mercado de capitais, falsamente lastreado em ativos hipotecários e seus respectivos derivativos.
48. Enquanto a cíclica crise de realização do capital se espalha em ondas de choque e pânico, como nunca desde 1929, do centro nevrálgico de Wall Street à City londrina, de modo a varrer bancos e empresas grandes demais para falir e obrigar seu resgate, na bacia das almas do mercado capitalista, pelo estado emissor de dívida pública, de cujo *déficit* outrora tão questionado o deus mercado se torna devedor; a implementação de uma política econômica anticíclica impede a chega ao Brasil da destruidora onda que, como marolinha, é surfada pelo crescimento econômico daqueles anos, ainda lastreado na lucrativa venda de *commodities* à fábrica do mundo chinesa.
49. A insídia golpista insiste sem tréguas, no primeiro ano do desenrolar do governo DILMA, com acusações de corrupção aos ministros, muitos dos quais, assim como a presidenta, herdados do governo LULA.
50. A imediata demissão dos mesmos ministros dá fôlego ao governo, que intenta o próximo passo de sua política econômica, com a realização de uma sistemática queda nos juros reais da economia; de modo a retirar ao rentismo o capital de que carece o país que tem de enfrentar a crise mundial capitalista, pela realização efetiva de um mercado consumidor de massas.

51. Se por um lado, com a drástica⁵ redução dos juros o governo petista, corretamente, ameaça seu mais duro opositor, o rentismo, na construção de um mercado consumidor de massas, amplo e inclusivo como aquele que intenta criar; por outro, a política de desoneração fiscal fragiliza o estado, ao beneficiar com isenção de impostos e demais subsídios o mesmo rentismo, que o governo acredita um empreendedor capitalista produtivo na criação desse mesmo mercado consumidor de massas.

52. Presa da tal armadilha ideológica que essa contradição impõe, como marca da difusão de uma ideologia burguesa no seio do partido da classe trabalhadora no Brasil; o governo vê, aos poucos, naufragar a política de criação do mercado consumidor de massas, no momento mesmo de sua maior necessidade.

53. Vítima de tal ideologia, indutora do governo petista a contar com o rentismo disfarçado em empreendedor capitalista produtivo; absteve-se por sua vez o governo, na oportunidade da credibilidade alcançada pelo pronto combate à corrupção no primeiro ano do governo da presidenta DILMA; de realizar as reformas que onerassem o mesmo rentismo, permitindo ao estado alcançar o investimento em saúde, educação, moradia e transporte, socialmente necessários ao estado de bem estar que deveria sustentar a criação de um mercado consumidor de massas.

54. Não tardou o mercado consumidor de massas, ainda que embrionário, a cobrar a fatura gerada por tal ilusão ideológica. O ano de 2012 terminou com a compreensão de que o PT ‘realizara muito da porta para dentro e era necessário realizá-lo, agora, da porta para fora’, na expressão do recém eleito prefeito petista da maior cidade do país.

55. A metáfora explicitadora do quanto um mercado consumidor de massas carecia do estado de bem estar social, que lhe desse sustentação, ficou conhecida por ensaio liberal-desenvolvimentista.

56. Sua realização em um mercado consumidor de massas, sem o oferecimento de contrapartida em saúde, educação, moradia e transporte, por um estado de bem estar social, vitimado pelo rentismo; resultou na explosão do Junho de 2013, quando o reajuste de ‘não só R\$ 0,20’ (vinte centavos) nas tarifas

⁵ Hegemonia: a palavra hegemonia, do grego *gegemoniya* (direção), já era de amplo uso no movimento socialista europeu, no início do século XX, principalmente entre os russos. O termo foi utilizado na historiografia cientificista do século XIX, que valorizava a história política e diplomática (por exemplo Leopold von Ranke), e essa utilização se estendeu à própria linguagem diplomática, embora fosse de origem militar. Hegemonia significava, entre os gregos antigos, a direção suprema dos chefes dos exércitos, os *egemónes* (condutores). No universo conceitual do marxismo contemporâneo, é geralmente entendida como a capacidade que uma classe, uma fração ou conjunto de frações de classe, um grupo social ou mesmo um partido tem de dirigir outros segmentos sociais e eventualmente oprimir ou liquidar aqueles que não aceitam pacificamente sua direção. A hegemonia gramsciana é, por isso, um tipo de direção consensual sobre os que *aceitam* ou *consentem*, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se *recusam*, ou seja, os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico. Pode ser entendida também apenas como relação consensual entre grupos que estão fora do poder. Num artigo de 1921, estampado em *L'Ordine Nuovo*, GRAMSCI dizia que o operariado não poderia atingir sua meta sem o apoio e o consento de outros grupos sociais, especialmente o campesinato e o operariado intelectual (GRAMSCI, A.: *Socialismo e Fascismo*. Torino, Einaudi, 1978, pp. 134-5). Note-se que ‘hegemonia’ não possui dois sentidos absolutos, mas duas *funções* diversas, de acordo com o momento do processo que é analisado. Ela é *processual* e não dicotômica, como diz Matteucci (Matteucci, Nicola: *ANTONIO GRAMSCI e la filosofia della Prassi*. Milão: Giuffrè, 1977, pp. 156-7), para quem a hegemonia, em GRAMSCI, oscila entre dois sentidos: direção consensual ou exercício legitimado da força por meio do consento. Entretanto, a hegemonia não se resume a uma dominação ideológica ou mesmo política, mas se refere à relação orgânica que um grupo político mantém com uma *classe fundamental* (o que, em linguagem gramsciana, significa uma classe que exerce uma função decisiva no mundo da produção material). O próprio GRAMSCI disse: ‘Se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo essencial da atividade econômica’ (Q.C., p. 591) – *Apud* SECCO, Lincoln: *GRAMSCI e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo, Cortez, 2002, pp. 100-1.

do transporte coletivo municipal, mostrou o quanto um mercado consumidor de massas requer em infra-estrutura pública, sustentada por um estado de bem estar social.

57. Ideologicamente incapaz de compreender que a disputa girava em torno da apropriação do excedente social gerado pelo trabalho, o mesmo PT eleitoral que, no governo da nação, acreditara no rentismo como empreendedor capitalista produtivo criador do mercado consumidor de massas; deixava, agora no âmbito municipal, de acreditar na Tarifa Zero, proclamada nas ruas e propugnada outrora pelo mesmo PT, como indutora da aplicação desse mesmo excedente social gerado pelo trabalho no transporte coletivo municipal como alavanca de um estado de bem estar social; abandonando-o à sanha capitalista das operadoras privadas desse péssimo serviço oferecido à população.

58. Na confluência da disputa pela apropriação do excedente social gerado pelo trabalho entre a burguesia e a classe trabalhadora, arbitrada por um partido de classe trabalhadora ideologicamente contaminado por uma ideologia burguesa; o ano de 2013 foi, também, o ápice dessa mesma apropriação, pela classe trabalhadora, do excedente social gerado pelo trabalho.

59. Como mostram os dados do DIEESE⁶, o ano de 2013, prenhe de manifestações por mais estado – saúde, educação, moradia, transporte – foi também o ano de maior número de greves realizadas pelo movimento sindical, de modo aferir ganhos à classe trabalhadora sobre a apropriação do excedente socialmente produzido.

60. Os erros cometidos por seu partido de classe, o PT, ao mesmo tempo que impediram a socialização do transporte coletivo, necessária a um estado de bem estar social indutor do mercado consumidor de massas; propiciaram a retomada da iniciativa capitalista na luta de classes, que desde a chegada ao poder desse mesmo partido da classe trabalhadora, o PT, invertera progressivamente os ganhos do capital sobre o trabalho, em benefício deste último.

61. Desse modo, o ano de 2014 viu a retomada do protagonismo político da burguesia, na difusão pela mídia burguesa de um pressuposto descontrole inflacionário, camuflado na elevação sazonal do preço do tomate; destinado à promoção de um recessivo ajuste fiscal, que longe de ser necessário, objetivava a submissão aos índices de produtividade do capital, daqueles reajustes salariais que o menor índice histórico de desemprego oferecia, às condições de melhora salarial aproveitada pelo sindicalismo grevista.

62. Foi a retomada desse protagonismo, a oferecer a mais acirrada disputa eleitoral com a burguesia, desde a primeira candidatura LULA, em 1989; que ocupou a cena da política eleitoral daquele ano, contida somente pela contra hegemonia que o *lulismo* soube, uma vez mais oferecer, politizando à esquerda a disputa do segundo turno.

63. Diferente, porém, de sua primeira disputa eleitoral à presidência da república, quando derrotado no voto, o PT obtivera clara vitória política; 2014 ofereceu ao *lulismo* a vitória eleitoral politicamente derrotada, pela retomada do protagonismo burguês, na cena política.

⁶ Drástica, porém insuficiente, como corretamente apontou o economista desenvolvimentista LUIS CARLOS BRESSER PEREIRA, antigo tucano distanciado do PSDB, com a conversão integral desse partido ao credo neoliberal.

64. Protagonismo político que não deixaria de se fazer sentir, ao longo de 2015, com a admissão pela presidenta recém eleita da necessidade do ajuste fiscal, em evidente contra senso ao que propusera fazer, no segundo turno da eleição do ano anterior, como garantia de sua vitória.

65. A retomada do protagonismo burguês na luta de classes, não deixaria de se fazer sentir, na cena política, quando a criminalização dessa mesma política, intensificada como nunca desde 2013, passa a submeter o poder executivo federal ao cerco e aniquilação dos demais componentes do aparelho ampliado do estado burguês: partidos políticos da direita, mídia burguesa, sindicatos patronais, poderes judiciário e legislativo, ministério público, polícia federal; mobilizadores do arrivismo reacionário da classe média.

66. A completa rendição ao protagonismo político com que a burguesia realiza o cerco e aniquilamento do governo popular brasileiro, ao longo de 2016; não tarda a se fazer mostrar na absoluta falta de solidariedade que, à exceção das ruas, o governo DILMA obtém dos demais governos populares estaduais e municipais; bem como da esquerda eleitoral de modo geral, mais preocupada em ocupar espaço assessorio em mesas de casas legislativas.

LULISMO⁷ COMO IDEOLOGIA BURGUESA E CONTRA HEGEMONIA PETISTA

*Uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma práxis, um fazer histórico. Se é nisso que reside a possibilidade transformadora da classe trabalhadora, é nisso também, que reside a possibilidade do ocultamento de seu ser e o risco de sua absorção ideológica pela classe dominante, sendo o primeiro sinal desse risco justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil.*⁸
Marilena CHAUI

67. O *lulismo* está para a classe trabalhadora brasileira, assim como o petismo eleitoral está para o partido dessa mesma classe trabalhadora: ambos significam o aprisionamento do PT por uma ideologia alienígena, de origem burguesa.

68. Sua origem pode ser buscada no nascimento do partido, ou mesmo antes, na derrota da luta armada frente à ditadura militar. Sua disseminação ocorreu, contudo, tempos depois, com a vitória do capitalismo na guerra fria, sob os valores do neoliberalismo.

69. Elencamos, abaixo, os aspectos de maior destaque dessa ideologia burguesa no interior do PT, de modo a ressaltar sua característica deletéria à classe trabalhadora no Brasil e contrapor a essa mesma ideologia burguesa uma contra hegemonia petista.

70. O *lulismo* como ideologia burguesa incorporada à classe trabalhadora, assim como o petismo eleitoral, como ideologia burguesa incorporado no interior do partido dessa mesma classe trabalhadora, recobrem-se, ao menos, de três aspectos determinantes, quais sejam, a desqualificação de classe, a fabricação do conservadorismo e a questão setentrional.

⁷ *Estudos e Pesquisas – balanço das greves em 2013*. DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, nº79 – Dezembro de 2015.

⁸ *Lulismo* é expressão criada pelo professor da Universidade de São Paulo, jornalista e cientista político, ANDRÉ SINGER (in SINGER, André Vitor: *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012) e expressa a maneira politicamente interessada com que a burguesia se apropria do petismo permitindo-se, por meio deste *lulismo*, atribuir à esquerda verdadeiramente popular sua – da burguesia - pecha populista, conservadora e autoritária. Ver, também, *cesarismo*, *bonapartismo* etc.

71. Abordaremos, a seguir, esses aspectos de modo a procurar desmontar seu discurso ideológico, apontando a base material que o determina.
72. O primeiro desses traços característicos da ideologia *lulista* – *lulismo* e petismo eleitoral - aparece sob a forma da desqualificação de classe: para uma ideologia de origem burguesa não pode haver classe trabalhadora, de modo que o discurso ideológico determine, apenas, a existência de uma classe média ou de uma subclasse trabalhadora.
73. A determinação ideológica da classe trabalhadora brasileira, como classe média, sobressai no discurso hegemônico da burguesia, através de seus aparelhos ideológicos de estado, tais como os meios de comunicação de massas e resta incorporado ao partido, pelo PT eleitoral, como uma contrafação dessa mesma ideologia, na forma de uma subclasse trabalhadora.
74. Os termos subclasse trabalhadora, subproletariado ou precariado, como tem sido expresso por intelectuais identificados com a esquerda, pareceu a HOBBSAWM⁹, a quem seguimos de perto aqui, como o ‘macabro termo’ que entrou no vocabulário por volta de 1980, com o significado de *residuum* e como resultado da ideologia neoliberal.
75. Indicava aquelas pessoas que, na sociedade de mercado capitalista, ‘não conseguiam ou *não queriam*’ – o grifo é nosso – ‘ganhar a vida para si mesmas e suas famílias’. ‘A própria palavra subclasse, *como a velha submundo*’ – o grifo, uma vez mais é nosso, ‘implicava uma exclusão da sociedade normal’.
76. Pareceria demasiado estranho a um intelectual marxista a incorporação de expressões como as descritas acima, por um partido de classe trabalhadora, como o PT no Brasil, não fosse ele vítima da incorporação de uma ideologia alienígena em seu interior: ‘Quem poderia falar em subclasse minoritária num país como o Brasil, onde, em meados da década de 1980, os 20% do topo da população ficavam com mais de 60% da renda do país, enquanto os 40% de baixo recebiam 10% ou até menos (*UN world social situation*, 1984, p. 84)?’
77. Desqualificada entre classe média e subclasse trabalhadora a classe trabalhadora no Brasil é, ainda, vitimada pela fabricação do conservadorismo, cuja maior característica é a alienação do aspecto coletivo que toda classe social tem, em uma aparente individualidade unidimensional.
78. A dimensão única do indivíduo, que o capital necessita para opor resistência à coletividade da classe trabalhadora aparece ideologicamente como um fundamentalismo de característica totalitária (unidimensional).
79. Isso ocorre, apenas, na aparência ideológica, uma vez que para dar conta da desqualificação da classe trabalhadora em classe média e subclasse trabalhadora, como visto acima, torna-se necessária a fabricação de, ao menos, duas formas de conservadorismo.
80. Por meio do fundamentalismo de mercado, o capitalismo fabrica o indivíduo unidimensional de classe média, fazendo uso da ideologia do empreendedorismo.
81. Por meio do fundamentalismo religioso, o capitalismo fabrica o indivíduo unidimensional da subclasse trabalhadora, fazendo uso da teologia da prosperidade.

⁹ CHAUI, Marilena: *Uma nova classe trabalhadora: indagações* (in *Classes? Que Classes? – Clico de debates sobre classes sociais*, organizado pelas Fundações Friedrich Ebert e Perseu Abramo.

82. A base material que determina a desqualificação de classe e a fabricação do conservadorismo aparece na questão setentrional, a qualificar ideologicamente o polo menos desenvolvido do capitalismo no Brasil, como local privilegiado da ascensão do *lulismo*.
83. Contraposta à apropriação ideológica burguesa, que o paradigma neoliberal impõe à classe trabalhadora e a seu partido de classe, no Brasil; está a contra-hegemonia petista.
84. Manifesta em seu caráter pedagógico e ideológico, a contra-hegemonia petista é, como tal, temporalmente limitada em contraposição à hegemonia burguesa, como expressão sistêmica das classes sociais no capitalismo.
85. Como tal, sua temporalidade limitada se expressa minimamente, na forma eleitoral de seu caráter ideológico, com que o centro majoritário do partido da classe trabalhadora manifesta sua expressão eleitoral entre o primeiro e o último domingo do mês de outubro de anos eleitorais.
86. Como tal, sua temporalidade limitada se expressa maximamente, na forma governamental de seu caráter pedagógico, com que o *lulismo* da classe trabalhadora manifesta sua realização como classe em si no capitalismo.
87. A base material que determina a qualificação da contra-hegemonia petista em hegemonia da classe trabalhadora potencialmente revolucionária – classe para si – aparecerá na questão meridional definidora do pólo mais desenvolvido do capitalismo no Brasil, como local privilegiado da luta de classes.

OUTRO PT PARA OUTRA CONJUNTURA

*Nós os novos, os sem nome, os difíceis de entender, nós, os nascidos cedo de um futuro ainda indemonstrado – nós precisamos, para um novo fim, também de um novo meio... Friedrich NIETZSCHE*¹⁰

88. A quebra do pacto democrático constitucional pelo golpe de 2016 impôs uma nova conjuntura a que o PT terá de se adaptar. A forma eleitoral pela qual construímos o partido desde a década de 1990, própria à democracia burguesa, terá de sofrer adequação para uma conjuntura onde a disputa do poder poderá não mais ocorrer, como acreditamos que não mais ocorrerá por meio do voto, como pudemos, brevemente, observar nas últimas eleições.
89. O *annus horribilis* de 2016 findou com o golpe eleitoral, por meio do qual o cerco e aniquilação realizado pelo aparelho ampliado do estado burguês socialmente hegemônico impediu a realização da contra-hegemonia eleitoral petista, entre o primeiro e o último domingo de outubro; ocasionando a derrocada do petismo eleitoral e resultando na inexistência da possibilidade de alternância no poder característica da democracia.
90. A derrocada do petismo eleitoral deverá se prolongar ao longo do estado de exceção advindo do golpe de 2016 por meio da eliminação da capacidade contra-hegemônica de caráter eleitoral do PT ao longo do segundo turno dos anos eleitorais, impedindo a possibilidade da alternância no poder, como pressuposto da democracia formal.

¹⁰ **HOBBSAWM, Eric j.:** *Revolução Cultural* (in *Era dos extremos – o breve século XX – 1914 a 1991*. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo, 1996, pp. 331 332.

91. Pois que, para além do mero processo eleitoral – e ressaltamos a existência de eleições em períodos de estado de exceção, como aquele da recente ditadura militar, no Brasil – uma democracia, mesmo que racionada; exige uma oposição capaz de realizar conquistas que possibilitem alternância no poder, como a que existia no quadro da democracia burguesa brasileira, até a consecução do golpe de 2016.

92. Em vista dessa nova conjuntura, propomos três adequações na organização do partido, a saber, maior controle partidário sobre o PT eleitoral, reorganização dos diretórios com orientação para a base do partido e centralidade na organização coletiva da militância.

93. O recém encerrado período democrático eleitoral, de caráter burguês, vigente com o estabelecimento do pacto democrático celebrado pela constituição de 1988, rompido com o golpe; impôs ao PT uma hipertrofia eleitoral muitas vezes nociva a um partido de classe trabalhadora, baseado, como deveria ser, em valores de esquerda, como o socialismo, por exemplo.

94. Com essa hipertrofia eleitoral o PT passou a incorporar práticas da política eleitoral de caráter burguês ou política profissional, como queira, em grande parte viciada e prejudicial à organização coletiva de um partido de classe, tal como: a incorporação aos cargos da direção partidária, de representantes do PT no parlamento, bem como de suas assessorias, apenas por serem representantes do PT no poder legislativo ou assessores destes; causando a submissão da direção partidária ao PT eleitoral, como pode ser observado na recente resolução da fragilizada direção nacional permitindo negociação das bancadas parlamentares petistas com golpistas na troca por cargos na composição das mesas diretoras dos parlamentos; em evidente contra senso ao que a mobilização social em oposição ao golpe exigia.

95. Embora preponderante desde 1995 e, determinante mesmo desde 1999, na estratégia petista de acesso ao poder; a força do PT eleitoral nunca foi superior à força do partido de modo a justificar a enorme ascendência e inserção no controle do partido como um todo, por esse mesmo PT eleitoral.

96. Vejamos alguns dados, tirados que foram das eleições gerais de 2010, quando o petismo eleitoral se encontrava no auge de sua organização e poder¹¹: nesse ano o PT foi o partido mais votado nas eleições gerais, tendo obtido em torno a 15 (quinze) milhões de votos.

97. Desses 15 (quinze) milhões de votos, 5 (cinco) milhões, praticamente um terço do total, foram dados à legenda partidária, dos quais, 2 (dois) milhões de votos foram votos de legenda atribuídos ao PT no estado de São Paulo, o estado da federação com maior número de eleitores no país.

98. As bancadas parlamentares – deputados federais e estaduais – eleitas pelo partido, nessa mesma disputa, em São Paulo, obtiveram um total de 2,5 (dois e meio) milhões de votos. Pode-se concluir que os votos dados à legenda partidária foram responsáveis pela eleição de mais de quarenta por cento da maior bancada de deputados federais petistas daquela legislatura e a maior bancada de deputados estaduais que o PT elegeu no estado de São Paulo, até hoje.

99. Não obstante, isso não significou maior inserção ou controle do partido nessas bancadas, antes, pelo contrário, significou a submissão cada vez maior das direções partidárias às bancadas legislativas do partido; como observado na preponderância de parlamentares ou representantes do PT eleitoral em poderes executivos, nas presidências e demais cargos executivos da direção partidária; levando essas

¹¹ NIETSCHE, Friedrich: *A grande saúde* – aforismo 382 (in *A gaia ciência*. Os Pensadores, editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 4ª edição 1987, p. 178).

mesmas direções partidárias a tornarem-se sucursais anexas às bancadas parlamentares, em detrimento da organização do partido nos movimentos sociais, junto à base partidária.

100. Tomando São Paulo, mais uma vez como exemplo, o berço partidário do PT tem suas sedes nacional, estadual e municipal, localizadas num raio menor que um quilômetro do centro da cidade, deixando ao abandono, quando não ao mero interesse eleitoral dos parlamentares petistas, a construção partidária no, assim chamado, ‘cinturão vermelho’ periférico da cidade; onde, historicamente, tem origem o grosso dos votos e a organização que sustentam a importância do partido na sociedade.

101. A sobre-determinação eleitoral no interior do partido é a causa da fragilidade da base partidária, que eleitoralmente orientada, abandona aos valores da direita, seu fundamentalismo religioso e individualismo de mercado, a disputa da sociedade.

102. Esse individualismo eleitoral que prepondera por sobre o partido, impede a organização coletiva do mesmo, em bases sociais que contraponham à ideologia burguesa do empreendedorismo e teologia da prosperidade disseminadas no interior do capitalismo, uma contra-hegemonia de base e valores socialistas.

103. Do diagnóstico elencado acima, decorre algumas conclusões que apontamos como proposta à outra forma de organização partidária que precisamos para dar conta da outra conjuntura que vivemos:

104. Retomada do controle partidário frente à oligarquia eleitoral que domina, hoje, sua direção, por meio da consigna LUGAR DE PARLAMENTAR É NO PARLAMENTO – CAMPANHA CONTRA O ABUSO DO PODER ELEITORAL NA INSTÂNCIA PARTIDÁRIA; que culmine com a proibição de detentores de cargos legislativos, executivos e respectivas assessorias de ocupar a direção partidária, durante a vigência de seus respectivos mandatos.

105. Reorientação da estrutura partidária – tanto sua infra-estrutura humana como material (de sedes a funcionários) – do apoio parlamentar à base partidária coletivamente organizada; permitindo mesmo a alocação desta nos cargos da assessoria parlamentar, quando não e preponderantemente, na direção partidária.

106. Organização da militância partidária em núcleos de base, de modo a fortalecer a organização coletiva da base partidária que se fará representar no interior do partido, somente por meio dessa forma nuclear de organização. A capacidade de ação dos núcleos de base sempre foi baseada num tripé que deve ser retomada com entusiasmo:

- Os núcleos eram e são independentes, as atividades militantes sempre foram bancadas pelos próprios militantes e, portanto, grande parte do recurso movimentado na ação sequer era contabilizada. Propomos que esta ação seja não só preservada, mas compreendida e assimilada¹².
- Os núcleos eram independentes politicamente, o poder do voto no local da base militante atrai candidatos de todas as instâncias gerando identidade e aproximação entre base e direção.
- Formação militante: a diversidade de experiências militantes, ideologias, classes sociais, gênero e idade concedeu aos integrantes dos núcleos diálogo e cultura militante únicas, é preciso retomar este modelo.

¹² Os dados aqui utilizados foram retirados da revista Linha Direta nº 678 e 679 de setembro/outubro de 2010 e fevereiro/março de 2011 do Diretório Estadual do PT São Paulo e consignam 2.599.497 votos atribuídos aos candidatos e 2.014.973 votos atribuídos à legenda.

107. Cada um dos três pontos acima mencionados requererá, das direções eleitas pelo 6º Congresso do PT, em cada instância partidária e no período dos dois anos de seu mandato, a elaboração de políticas determinadas a adequar o partido à conjuntura advinda com o golpe.

108. As conquistas da paridade de gênero (realização do 1º Congresso do PT), cotas étnicas e juvenis (realização do 4º Congresso do PT) carecem solução de continuidade no aprofundamento dessas mesmas políticas, anteriormente adotadas; sem as quais as conquistas até aqui realizadas restarão ineficazes, senão contraproducentes mesmo, frente à resiliência com que o capitalismo submete esses setores específicos da classe trabalhadora.

109. Para tanto se faz necessária a adoção de políticas que possibilitem ao gênero, etnia e juventude oneradas pelo capitalismo no Brasil, a real possibilidade de ocupação dos espaços políticos abertos pela adoção da paridade de gênero e cotas étnico raciais e de juventude, conquistadas nos congressos anteriores do PT.

110. Radicalizar a democracia interna de seu modelo eleitoral da direção mandatada periodicamente, em democracia participativa direta do filiado com participação constante na elaboração da política partidária, por meio das mais variadas formas de participação efetiva – plebiscitos e referendos de iniciativa do filiado; perfazem a forma mais adequada à politização da base militante que o partido necessita no enfrentamento da conjuntura atual.

LIBERTEM ZÉ DIRCEU E OS DEMAIS PRESOS POLÍTICOS

*A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. Hannah ARENDT*¹³

111. A face mais atroz do golpe que pôs fim ao pacto democrático no Brasil realiza-se na condenação da política, onde direito de opinião e ação contrária à vontade do poder estabelecido pelo estado de exceção restam condenados, sem prova legal e direito de defesa legítimo.

112. Tratar a política como caso de polícia é a face mais eficaz e usual, no Brasil, da opressão de classe a significar a repressão dos movimentos sociais organizados e a condenação mesma, a duríssimas penas, de seus lutadores sociais.

113. A criminalização da política é a forma usual pela qual a democracia é solapada pelo estado de exceção estabelecido pelo golpe de 2016. Nela a condição humana da pluralidade¹⁴ – onde todos somos humanos, mas não existe um humano que seja igual a outro – que propicia a opinião significativa e ação

¹³ Um exemplo de modelo de finanças é praticado por este NÚCLEO DE ESTUDOS D'O CAPITAL, segundo o estatuto mais precisamente um 'círculo de estudos'. A partir de 2005 tendo em vista a redução da importância dos núcleos, o NEC decide: 1) intervir na nova juventude de esquerda que se formava nos contornos ainda vagos das organizações de inspiração horizontal e mais além, dos pequenos agrupamentos de esquerda que surgiam no vácuo deixado pelo PT na universidade e nos movimentos jovens. 2) Iniciar o projeto da REVISTA MOURO, um espaço de discussão militante no campo da esquerda, a revista semestral triplica o número de páginas e se torna anual e que se encontra em seu número 12, com cerca de 400 páginas e capa dura. Enquanto a revista TEORIA & DEBATE definha, uma revista em papel numa tiragem média de 400 exemplares e, com mais de 15.000 *downloads* anuais, vai ao combate no campo das ideias, ainda que financiado, produzido e distribuído por um único núcleo do partido.

¹⁴ ARENDT, Hannah: *Origens do Totalitarismo – antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo, 1989, p. 330.

política eficaz e plural entre os homens é substituída pela individualidade unidimensional com que o capitalismo aliena o homem de sua humanidade.

114. A idiotia é a expressão da individualidade unidimensional do ser humano sob o capitalismo, em sua face política: o idiota, na acepção grega do termo, é aquele que trata de tudo aquilo que lhe é próprio e que apenas a ele diz respeito. Como tal a idiotia é o avesso da política como expressão da pluralidade humana onde se expressa a vontade coletiva.

115. A expressão política da idiotia, como redução da humanidade, no capitalismo, à individualidade unidimensional burguesa com que se faz a opressão da classe trabalhadora, na alienação mesma de seu caráter coletivo de classe social; realiza-se no discurso da condenação da corrupção.

116. Se o capitalismo, na acepção clássica de MARX, é a apropriação privada do público sob a forma da propriedade privada individual; a corrupção é a forma da privatização do público pelo indivíduo, numa sociedade burguesa.

117. Contudo, a propriedade privada individual, sob o capitalismo, é patrimônio exclusivo de uma única classe social: a burguesia. Desse modo o idiota individual como alienado da coletividade política da classe coletivamente organizada, desperta politicamente no estado de exceção implantado pelo golpe, ao ser mobilizado pelo discurso contrário à corrupção; que se dirige à individualidade unidimensional do idiota político, sob o capitalismo, como aquilo que o alienará de tudo aquilo que lhe é próprio e que apenas a ele diz respeito.

118. No estado de exceção implantado pelo golpe, o discurso da corrupção é o único capaz de mobilizar politicamente a individualidade unidimensional e atomizada do ser humano, sob o capitalismo, devido à sua idiotia, seu interesse exclusivo por tudo aquilo que apenas a ele diz respeito.

119. Desse modo, na democracia a ação política coletiva está para a organização coletiva da classe, assim como no estado de exceção a idiotia está para a individualidade unidimensional, sob o capitalismo.

120. Sobre o estado de exceção implantado pelo golpe de 2016, nos manifestamos contrários à criminalização da política, da democracia como forma de expressão política da classe trabalhadora, dos movimentos e lutadores sociais.

121. Sobre o estado de exceção implantado pelo golpe de 2016, nos manifestamos contra a criminalização de LUIS INÁCIO LULA DA SILVA, COMPANHEIRO LULA.

122. ‘Nossa posição é pública, pelo fim da regressão penal, das violações do direito de defesa, da presunção de inocência, do devido processo legal, pelo fim das prisões preventivas e conduções coercitivas ilegais e abusivas, pelo fim das delações forçadas’ – LIBERTEM ZÉ DIRCEU E OS DEMAIS PRESOS POLÍTICOS.

SOCIALISMO PETISTA NOS CEM ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

123. No ano que se comemoram os cem anos da revolução russa de 1917, uma rápida e pontual apreciação dos aspectos do SOCIALISMO PETISTA, podem auxiliar qualitativamente à análise da estratégia até aqui desenvolvida no enfrentamento do capitalismo no Brasil, pela classe trabalhadora e seu partido.

124. Desse modo elencamos a seguir, quatro aspectos fundamentais desse socialismo petista, que parecem apontar para a superação necessária dos limites da estratégia de poder, levada a termo pelo partido, até o recente golpe.

125. Em primeiro lugar, o PT afirma seu socialismo como radicalmente democrático: ‘o que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares’¹⁵.

126. Em seguida, a resolução do 7º Encontro Nacional afirma ‘o socialismo como um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos’, sendo que ‘a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate à todas as formas de exploração e opressão’¹⁶.

127. Qualificado como democrático e emancipatório da condição de exploração e opressão de classe sob o capitalismo, o SOCIALISMO PETISTA, também é internacionalista; existindo apenas com ‘efetiva democracia econômica’, devendo ‘organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção’¹⁷.

128. Por último, o caminho para a superação do capitalismo numa sociedade socialista será trilhado, conforme apontam as resoluções do 5º Encontro Nacional, por meio de ‘uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de estado’¹⁸.

129. O projeto socialista, para o PT, começa por ser ‘radicalmente democrático’, o que implica uma ‘efetiva democracia econômica’, organizada ‘a partir da propriedade social dos meios de produção’ possível apenas através da ‘luta consciente dos explorados e oprimidos’ num ‘projeto humano emancipador de caráter internacionalista’.

130. A primeira etapa dessa trajetória é claramente apontada na resolução do 5º Encontro Nacional: primeiro transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil, para depois voltarmos ao poder de estado. Essa parece ser a tarefa que o golpe nos impôs, perante o 6º Congresso Nacional do PT, no ano da comemoração do centésimo aniversário da revolução socialista mundial.

MARKUS SOKOL – membro do diretório nacional do *Partido dos Trabalhadores* - PT

NEC PT – Núcleo de Estudos d’ O Capital do Partido dos Trabalhadores, que subscreve a tese ESTADO DE EMERGÊNCIA PETISTA ao 6º Congresso do PT é composto por: AGNALDO DOS SANTOS, ANDRÉ TOMIO LOPES AMANO, ANTONIO DAVID, CARLOS CÉSAR FÉLIX VIEIRA, CIRO SEIJI YOSHIYASSE, EDUARDO BELLANDI, FLÁVIO PEREZ, FRANCISCO DE SOUZA, FRANCISCO HERNANDEZ DEL MORAL, JOSÉ RODRIGUES MÁO JÚNIOR, JULIANA CASAGRANDE, KARINA MORAIS, LÍGIA KIMIE YAMASATO, LINCOLN SECCO, LUIS FERNANDO FRANCO MARTINS FERREIRA, MARIANNE REISEWITZ, MARISA YAMASHIRO, MAURÍCIO BARBARÁ, PEDRO CREM ALVES PORTO, SUZI ALVES, TAKAO AMANO, VALÉRIA GARCIA e WALCIR PREVITALE BRUNO.

¹⁵ Apud **Hannah ARENDT**: *A condição humana*.

¹⁶ *O socialismo petista* (in *Resoluções de Encontros e Congressos – 1979/1998*. Editora Fundação Perceus Abramo, São Paulo, 1998 – primeira reimpressão 1999), p. 433.

¹⁷ Idem, p. 434.

¹⁸ Idem, *ibidem*.